

Embate contra arrocho salarial marcará campanha da data-base

Agenda política foi apresentada ao reitor em 21/3, e Fórum das Seis protocolou pauta da data-base no Cruesp em 28/3

A Assembleia Geral da Adusp de 19/3 deliberou uma agenda de ação política da entidade e sobre a proposta de pauta do Fórum das Seis para a campanha de data-base 2014.

Agenda política. A agenda de ação política inclui pontos considerados fundamentais para este ano, que foram levados à audiência com o reitor realizada em 21/3/14. Nesta audiência, reivindicamos a construção de um calendário de discussão com a Reitoria, que resulte em propostas de encaminhamento efetivo dos eixos e detalhamento aprovados pela Assembleia, a saber:

I. SITUAÇÃO DA EACH.

- Compromisso com o cumprimento e respeito ao acordo firmado entre a instituição USP e a comunidade da EACH, por ocasião da greve de 2013.

- Alterar a conduta adotada até o momento que, à semelhança das gestões anteriores, atua no sentido de minimizar a gravidade das questões ambientais e de infraestrutura do *campus* da EACH.

- Necessidade de que seja negociado com o corpo da EACH o chamado "Plano B", no interesse do desenvolvimento adequado do ano letivo de 2014.

II. ORÇAMENTO/PESSOAL E TRANSPARÊNCIA NA USP.

- Descongelamento imediato das contratações;

- Transparência efetiva das contas da USP, por meio de publicação de amplo acesso, de todas as despesas e recursos disponíveis da universidade;

- Investigação imediata e detalhada, acompanhada de ampla publicidade dos resultados, de todas as contas da gestão Rodas;

- Rejeição a qualquer tipo de arrocho salarial;

- A Reitoria deve exigir do governador:

- a suspensão do desconto da parcela da Habitação, bem como a inclusão da Dívida Ativa, no cálculo do percentual da quota-parte do Estado do ICMS (9,57%) destinado às universidades estaduais;
- que cumpra o acordo estabelecido quando da incorporação de Lorena: adicionar 0,07% do ICMS líquido aos recursos destinados à USP.

- Luta na LDO por 33% da receita total de impostos para a educação, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado do ICMS para as universidades estaduais paulistas e 2,1% para o Centro Paula Souza.

- A médio prazo (durante o ano eleitoral), empenhar-se para que o Cruesp, em cooperação com o Fórum das Seis, busque aprovar Lei Complementar destinando um percentual da receita de impostos às universidades estaduais, a exemplo do que ocorre com a Fapesp.

- Garantir ampliação das verbas destinadas à permanência estudantil. O Co de 25/2 decidiu pela manutenção dos níveis atuais – insatisfatórios – de financiamento da permanência estudantil.

- Tomar providências no sentido de que as fundações privadas "ditas" de apoio deixem de utilizar o nome e logo da USP, para divulgação de seus cursos pagos, prática esta que havíamos derrotado há algum tempo.

- Regularização da situação da sede da Adusp, com assinatura de termo de permissão de uso.

III. DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE. Destaque para os seguintes pontos:

- Processo de escolha de diri-

gentes, composição de colegiados e regime disciplinar.

- Democratização estrutural das relações humanas e sociais na USP.

- É central incluir no Estatuto e nos Regimentos dispositivos prevenindo o *impeachment* de dirigentes.

- Uma Estatuinte Democrática, Soberana e Exclusiva permanece central.

- Comissão da Verdade nomeada por J. G. Rodas: cobrar a divulgação dos trabalhos realizados pela Comissão que até hoje, aparentemente, não produziu resultado concreto algum.

IV. DATA-BASE DE 2014

- Enfrentar a corresponsabilidade da elite dirigente da USP com os desmandos de J. G. Rodas. Não colocar na conta do corpo da Universidade, por meio da super-exploração do trabalho de professores e funcionários, o saneamento do descontrole constatado.

- Respeito à reivindicação do Fórum das Seis: ICV-Dieese em maio/14 (cerca de 6%) e nova negociação no 2º semestre.

V. CARREIRA DOCENTE.

Compromisso para com a rediscussão ampla da nova carreira, que anteceda nova deliberação a respeito dela no Co.

VI. GRADUAÇÃO E PÓS.

Debatê em profundidade a estrutura da graduação e pós-graduação na USP, em particular as recentes mudanças nas regras que regem estas atividades-fim.

VII. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.

Atuação, em cooperação com o Fórum das Seis pela aprovação e implementação do Plano Estadual de Educação da Sociedade Paulista.

VIII. PENDÊNCIAS AINDA EXISTENTES QUANTO À PAUTA DAS REUNIÕES JÁ OCORRIDAS.

Data-base. A Assembleia de 19/3 aprovou a proposta de pauta de data-base encaminhada pelo Fórum das Seis, em particular a recusa a qualquer tipo de arrocho salarial e a reivindicação de reposição salarial pelo ICV-Dieese correspondente ao período entre maio/2013 e abril/2014 (cerca de 6%), com nova negociação salarial em setembro/outubro de 2014.

Em reunião do Fórum das Seis realizada em 25/3/14, constatou-se que as instâncias deliberativas da Adunesp, da Adunicamp, do Sintunesp e do Sintusp indicavam que a reivindicação salarial de data-base deveria incluir, já em maio/14, uma parcela de recuperação de perdas passadas. Face a esta situação política (ainda que o Fórum das Seis deliberasse por consenso), a representação da Adusp concordou com a modificação da reivindicação salarial na data-base para ICV-Dieese, mais 3% a título de recuperação parcial de perdas históricas, com nova negociação salarial em setembro/outubro de 2014. A íntegra da pauta protocolada na presidência do Cruesp (neste momento exercida pelo reitor da Unicamp), no dia 28/3/14, está disponível em (<http://bit.ly/1piDazl>).

Arrocho não! Uma das questões centrais que devemos estar preparados para enfrentar é a perspectiva de diminuição do poder aquisitivo de professores e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, bem como a diminuição e/ou o contingenciamento de recursos para as atividades-fim da universidade. Bem sabemos qual a consequência deste tipo de política: restrições graves ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão de qualidade, ao mesmo tempo em que propicia a ampliação da privatização da universidade pública.

Lutaremos, por todos os meios legítimos ao nosso dispor, contra quaisquer políticas que ameacem nossas condições de vida e trabalho.

**Novo dia de atendimento jurídico:
quartas-feiras, das 9h às 12h**

**Eleições: Andes-SN e GR-Adusp
13 e 14 de maio de 2014**

Nova reunião com Zago em 21/3

Reitoria e Adusp reuniram-se em 21/3. Estiveram presentes, pela Reitoria, o reitor Marco Antonio Zago e o chefe de gabinete, professor José Drugowich; pela Diretoria da Adusp, os professores Ciro Correia, César Minto, Francisco Miraglia e Adriana Tufaile.

O presidente da Adusp, Ciro Correia, lembrou que, conforme ofício encaminhado à Reitoria em 17/3, o objetivo daquela reunião era tratar do estabelecimento de uma agenda para as discussões da pauta e detalhes aprovados na Assembleia da Adusp de 19/3/14 (vide capa).

Inicialmente, Zago informou-nos que, dadas as questões urgentes herdadas da gestão anterior, a Reitoria estava tratando de uma “agenda referente às demandas de início de mandato”, que ainda definiam as prioridades. Em seguida, porém, afirmou: “Não tem assunto que a gente não discuta”. Ciro ponderou, quanto à declaração inicial, que era compreensível, mas destacou a diferença entre “conversar” e “dar encaminhamento às questões discutidas”, argumentando que esta última perspectiva sintetiza a expectativa da Adusp. Na sequência, foram abordados brevemente alguns dos tópicos de nossas reivindicações.

Em relação à EACH, a Adusp recolocou sua preocupação acerca das iniciativas que a Reitoria deixara de tomar, por exemplo a adoção de um “plano B”, insistindo na desinterdição do *campus* da USP-Leste, ignorando informações constantes nos documentos oficiais e negociações da greve da EACH de 2013, que resultou na criação do GT e da Comissão Am-

biental, sistematicamente desconsideradas. Neste momento o chefe de gabinete questionou se a Adusp não estaria defendendo as ações de J.G. Rodas; a pronta resposta foi de que se tratava de uma conquista da greve da EACH, reconhecida pela instituição na figura do então reitor.

Em seguida, questionamos: qual é a perspectiva da Reitoria (tanto em termos de mérito, como de tempo) para solucionar os problemas ambientais aos quais a EACH foi submetida? O reitor afirmou que “tudo que ocorreu é patológico, vou desarmar este fuzil ... a maneira é resolver todos os problemas técnicos”, “minha referência é o que emana da Cetesb e da Justiça”. Reafirmou sua confiança “em um gestor responsável, no caso, o professor Osvaldo Nakao [superintendente da SEF], como coordenador deste processo”. Os representantes da Adusp argumentaram sobre a importância de os atos da instituição recuperarem credibilidade, o que não nos parece possível a continuar a desconsideração da gama de informações de domínio público contidas nos autos do processo em curso e as inconsistências das iniciativas jurídicas tomadas pela Procuradoria Geral da USP.

Transparência. Em relação ao orçamento, pessoal e transparência na USP, os representantes da Adusp argumentaram sobre a urgência de publicização oficial dos resultados de reuniões de órgãos colegiados e demais instâncias da universidade para evitar eventuais confusões devido a relatos e interpretações os mais diver-

sos. Defendeu-se a necessidade de transparência efetiva das contas da USP, por meio de publicação de acesso irrestrito de todas as despesas e recursos disponíveis da universidade. Ponderou-se sobre a premência de uma investigação detalhada de todas as contas da gestão J.G. Rodas, acompanhada de ampla publicidade dos resultados.

A Reitoria foi informada de que rejeitamos qualquer tentativa de arrocho salarial; que consideramos essencial que ela tome iniciativas imediatas para ampliar a base de cálculo dos 9,57% da quota-parte do Estado do ICMS, exigindo do governo a suspensão do desconto da parcela da Habitação, a inclusão da Dívida Ativa e o cumprimento do acordado quando da incorporação de Lorena: adicionar 0,07% do ICMS líquido aos recursos destinados à USP. Além disso, é importante o empenho da Reitoria da USP para que o Cruesp envolva-se, de fato na luta por aumento da dotação para a Educação, as Universidades e o Centro Paula Souza na LDO e, no médio prazo, a busca para aprovar Lei Complementar que destine um percentual da receita de impostos às universidades estaduais, a exemplo do que ocorre com a Fapesp.

Reivindicamos, ainda, providências para que as fundações privadas, ditas “de apoio”, deixem de utilizar o nome e o logo da USP para divulgação de seus cursos pagos, prática esta que havíamos derrotado há algum tempo. O reitor afirmou que “temos que conviver com as fundações, mas há fundações e fundações...”, porém acrescentou que eventuais abusos trazidos ao conhecimento da Rei-

toria seriam examinados.

Calendário. Em relação à democratização da USP, a Adusp registrou sua preocupação de que a reunião do Co de 25/3 não poderia excluir da discussão temas importantes para docentes, estudantes e funcionários, por exemplo a definição de um processo mais abrangente de debate. Manifestamos acordo com a perspectiva proposta pela Comissão de Sistematização (antiga comissão *ad hoc*), chamando atenção da Reitoria para a importância de que constasse explicitamente das incumbências de qualquer Comissão Coordenadora do processo eleita pelo Co de 25/3 a interlocução com as entidades representativas dos três segmentos da universidade. Registramos ainda que seria fundamental termos um calendário de discussão que contemplasse um amplo processo de debate ao longo de 2014 (sobre a reunião de 25/3, vide p. 4).

Em relação à carreira docente, o reitor afirmou que “este tema é vital na vida da universidade” e informou que foi “impossível conter a quarta etapa, [mas] teremos que suspender a quinta etapa” do processo de Progressão Horizontal. Os representantes da Adusp reivindicaram compromisso da Reitoria para com a rediscussão ampla da nova carreira, antecedendo qualquer outra deliberação do Co a respeito do assunto.

Nova reunião deverá ocorrer na dependência de agenda da Reitoria, com a expectativa de termos um calendário efetivo de debate das reivindicações da Assembleia Geral da Adusp de 19/3.

Projetos de lei antiterrorismo lembram Ditadura

O projeto de lei 499/2013, que tramita no Senado, busca tipificar o crime de terrorismo. Elaborado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), o texto alega pretender cobrir uma lacuna da legislação, que só cita o crime de terrorismo no artigo 20 da Lei 7.170, de 14/12/1983, remontando à fase final da Ditadura Militar.

Já em 2011, outro projeto (PL 728/2011), elaborado pelos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Ana Amélia (PP-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA), voltado exclusivamente para “crimes e infrações administrativas com vistas a in-

crementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014”, tentou incluir terrorismo entre os crimes elencados.

Mas a preocupação de alguns legisladores parece ser a de coibir — durante os megaeventos esportivos no país — menos eventuais atos de grupos terroristas do que manifestações e protestos populares.

Tanto os PL 499/2013 e 728/2011 quanto a Lei 7.170 (em seu artigo 20) definem de forma vaga o que seria considerado terrorismo. Segundo o projeto

mais recente, terrorismo seria “provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa à vida, à integridade física, à saúde ou à privação da liberdade”, tendo como pena reclusão de 15 a 30 anos. Em caso de uso de explosivo, fogo, arma química, biológica ou radioativa, ou em caso de ato cometido em transportes coletivos ou em meio a aglomeração de pessoas, a pena chegaria a 40 anos.

O tema foi assim abordado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) no seu 33º

Congresso: “O enorme aparato repressivo brasileiro incrementou-se e se sofisticou como nunca, em função das manifestações populares e sob a alegação de preparo para a segurança durante os ‘grandes eventos’”.

Dentre as críticas feitas aos PL está a abrangência da definição do termo, que permitiria a inclusão de manifestantes sociais ou políticos no rol dos terroristas, o que não distanciaria as novas leis da velha legislação autoritária. Não por menos, o PL 728/2011, que também proíbe greves, foi apelidado de “AI-5 da Copa”.

“Plano B” improvisado espalha EACH por Tatuapé, Dr. Arnaldo e Butantã

Desde o final de novembro de 2013, a decisão judicial pede a realocação temporária das atividades da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), enquanto a USP resolveria as questões ambientais do *campus* leste (chamado “Plano B”). A Reitoria preferiu apostar todas as suas fichas na desinterdição, mas quando se deu conta de que isso seria impossível, teve que improvisar. O resultado foi o quarto adiamento consecutivo do início do ano letivo, desta vez para 31/3.

A justificativa para que a Superintendência de Espaço Físico (SEF) fizesse um contrato de aluguel das instalações da universidade particular Unicid é a urgência de início do primeiro semestre do ano letivo de 2014. Entretanto, se a Reitoria tivesse de fato se ocupado da formulação e execução do “Plano B” desde 2013, poder-se-ia ter encontrado local adequado e até haver tempo para licitação. Os locais disponibilizados para as aulas de graduação, além de não contemplarem as aulas práticas, sequer correspondem ao número de estudantes das turmas da EACH.

Sem procurar saber as necessidades mínimas da EACH no tocante à distribuição das turmas, a primeira versão do improvisado plano emergencial da SEF alocou matutino e vespertino na Unicid, no bairro do Tatuapé, e distribuiu as turmas noturnas por outros seis locais! As atividades-fim de pesquisa, pós-graduação e extensão não foram consideradas; segundo a direção da unidade, garantiu-se apenas “espaço para parte das aulas de pós-graduação”.

No dia 20/3 a Assessoria de Imprensa da USP divulgou a seguinte nota:

“A Pró-Reitoria de Graduação e a Superintendência de Espaço Físico informam que, a partir do dia 24 de março, terá início o ano letivo dos cursos de graduação da USP Leste, em instalações universitárias com a seguinte localização e distribuição: para os períodos matutino e vespertino, as salas estão localizadas no prédio da Universidade da Cidade de São Paulo (Unicid), ... para o período noturno, as salas estão localizadas no quadrilátero da Saúde da USP ... e na Fatec Itaquera ...”.

Rejeição. Frente à evidente dispersão dos cursos por diversos locais, distantes uns dos outros, a comunidade da EACH se opôs ao improvisado plano da Reitoria. Os estudantes, por exemplo, decidiram que só voltariam às aulas na própria unidade, mas apenas após a implementação das medidas de descontaminação e de segurança.

Diante da constatação de que as turmas não cabiam nas salas da Unicid e de que equipamentos básicos para o ensino não estariam disponíveis, a CG negou-se a autorizar o início das aulas na data anunciada pela Reitoria. Em 21/3, foi emitido o seguinte comunicado: “Com as informações disponíveis, até o momento, das instalações que estão sendo oferecidas pela SEF, que se traduzem em número insuficiente de salas, salas com capacidade limitada e sem recursos, inexistência de laboratórios e espaços para a prática, fragmentação dos turnos, dificuldades evidentes de deslocamento para atividades docentes e discentes, dificuldades logísticas para os funcionários, entre outras, a Comissão de Graduação entende que é absolutamente inviável o início das aulas no dia 24/3”.

A direção da unidade endossou a decisão da CG, mas adiou o início das aulas por apenas uma semana: “Em vista desta comunicação, informamos que o início das aulas fica novamente adiado para o dia 31 de março enquanto procede-se a ajustes logísticos e novos estu-

dos para a alocação das atividades da EACH”. A partir deste momento, a SEF deu um ultimato à direção da unidade, pressionando-a para que resolvesse o que fazer até o meio-dia de 25/3, alegando que, uma vez feita a opção pela Unicid, o contrato de aluguel teria de ser imediatamente assinado.

Direção e Congregação da EACH foram forçadas a decidir às pressas. Diante da inexistência de alternativas, terminaram por concordar com o plano improvisado da SEF. Em 26/3 a unidade confirmou para 31/3 o início das aulas, com várias alterações no plano original da SEF: “No período matutino, as aulas ocorrerão na Unicid e na Fatec Tatuapé ... No período vespertino, as aulas ocorrerão na Unicid. No período noturno, as aulas ocorrerão na Fatec Tatuapé e em outras Unidades da USP. A distribuição dos alunos, conforme as disciplinas em que estão matriculados será informada com antecedência, no site da Escola...”

Como não há perspectiva de desinterdição do *campus* Leste a curto prazo, a situação anômala provocada pela incompetência e irresponsabilidade da Reitoria na condução do “Plano B” certamente causará danos a toda a comunidade da EACH: estudantes, docentes e funcionários.

Protesto. No dia 25/03, durante a reunião do Conselho Universitário (Co), estudantes e profes-

sores da EACH protestaram, criticando a atuação da Reitoria nas questões ambientais e na improvisação do “Plano B”. O ato teve início na frente do restaurante na FEA, onde alguns alunos conversaram com o reitor na saída do almoço, cobrando um plano de descontaminação com ações e prazos e criticaram o “Plano B”. O reitor mencionou que tomou posse com o *campus* já interditado, que está tomando as medidas necessárias e que não há como prever quando o *campus* será reaberto, pois isto depende de decisão da justiça.

Alesp e Alckmin. No dia 26/03, membros do movimento da EACH se reuniram com assessores do deputado João Paulo Rillo, líder da bancada do PT na Alesp para darem continuidade ao planejamento das ações de apoio dos deputados ao movimento da EACH. É bom lembrar que a recente contestação apresentada pela USP na ação civil pública que levou à interdição do *campus* cita o Decreto Estadual nº 47.710/2003, que outorgou à USP a permissão de uso do terreno. É importante registrar que a escolha irresponsável do terreno contaminado para a instalação da USP-Leste também deve ser creditada a Geraldo Alckmin, governador de São Paulo em 2003. É inequívoco que houve um erro de origem, provavelmente por razões eleitoreiras, que requer a devida apuração de responsabilidades.

Cerri abre processo contra equipe da Revista Adusp por “difamação”

O professor Giovanni Guido Cerri, diretor da Faculdade de Medicina (FM-USP), presidente do Conselho Curador da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e ex-secretário estadual da Saúde, impetrou queixa-crime contra os jornalistas Pedro Pomar, Débora Prado e Tatiana Merlino, por “difamação”, em razão de matérias veiculadas na edição 54 da *Revista Adusp* (<http://goo.gl/GG4fui>). A ação tramita na 1ª Vara Criminal de São Paulo e tem sua primeira audiência, de tentativa de con-

ciliação, marcada pela juíza Aparecida Angélica Correia para 12/5.

Em 2013, Cerri havia solicitado à 1ª Vara Criminal a interpelação judicial dos jornalistas, “a propósito de editorial e reportagem veiculados pela *Revista Adusp*” naquela edição. Contudo, a juíza rejeitou o pedido de explicações, por entender que ele só é cabível quando as afirmações em questão sejam ambíguas ou equívocas (<http://goo.gl/Xt7Ngq>).

Na avaliação da juíza, nos textos apontados pelo então

secretário da Saúde “não se divisa dubiedade, equivocidade ou ambigüidade”. Por exemplo, no tocante à reportagem sobre conflito de interesses na pasta da Saúde, assunto da manchete principal da edição, a juíza considera que “narra de maneira clara e objetiva os fatos que imputa ao requerente”, a saber, que “a atuação [de Cerri] nas OSS e em empresas privadas como a DASA, paralelamente à atuação na Secretaria de Saúde, configura conflito de interesses”.

Construir a unidade de ação para democratizar a USP

A reunião do Conselho Universitário (Co) de 25/3 aprovou um conjunto de propostas que pauta, para docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos, o debate sobre a estrutura de poder e a concepção das atividades-fim da USP (vide quadro). Fruto de anos de luta e pressão política do corpo da universidade contra o autoritarismo, a centralização das decisões, a falta de transparência nas contas e deliberações e o culto ao segredo que tem balizado as atitudes das administrações universitárias, temos hoje uma janela de oportunidade para promover avanços significativos no que se refere à democratização no exercício de poder, no acesso e na humanização das relações sociais na USP.

Para que esta possibilidade torne-se concreta e efetiva é central que as entidades representativas das três categorias universitárias construam ações políticas conjuntas e unitárias. Esta construção exigirá, evidentemente, a capacidade de estabelecer unidade considerando a natural diversidade de perspectivas, as quais — ainda bem! — estão presentes na universidade.

E que ninguém se engane: se deixarmos este processo na mão do Co da USP, um colegiado ilegí-

timo, subserviente ao poder central da universidade e controlado por interesses privatistas (fundações “de apoio”, entre outros), um futuro Estatuto pode acabar sendo pior do que o atual, imposto durante a Ditadura Militar.

Não nos faltam ideias e propostas, fruto de décadas de debate e luta; não nos faltam a criatividade e a inventividade, características fundamentais do trabalho acadêmico de qualidade. O que precisamos é massificar o debate sobre a necessidade urgente de democratização da USP, envolver o corpo da instituição neste debate, promovendo-o à centralidade que merece na construção de uma universidade pública na lógica de seu funcionamento e na destinação da sua produção.

Só a ação unitária de professores, funcionários técnico-administrativos e estudantes pode enfrentar — política e organizadamente — o enorme desafio que é transformar a estrutura autoritária vigente na USP, construindo a perspectiva de instalação de uma Estatuinte Democrática, Soberana e Exclusiva. Continuaremos comprometidos com a consecução desses objetivos, por meio do debate crítico de ideias, de propostas e de condutas políticas.

E a Comissão da Verdade da USP?

A Comissão da Verdade (CVUSP) foi criada em 7/5/13, por meio da Portaria GR 6.172, e instalada em 25/7/13, mas desde então pouco se sabe de suas atividades. Recorde-se que sua configuração resultou de arbitrariedade do reitor J.G. Rodas, que rompeu com o Fórum pela Democratização da USP, com o qual vinha negociando a composição da CVUSP, e nomeou unilateralmente seus membros: Dalmo de Abreu Dallari, da Faculdade de Direito (FD), designado presidente; Erney Plessmann de Camargo (ICB); Eunice Ribeiro Durham e Janice Theodoro da Silva (ambas da FFLCH); Maria Hermínia Tavares de Almeida (IRI); Silvio de Azevedo Salinas (IF); e Walter Colli (IQ).

Segundo a Portaria, a Comissão teria um ano a partir de sua instalação para trabalhar e apresentar um relatório. Passados oito meses, ainda são poucas as informações obtidas e tem sido difícil conseguí-las. Dallari viajou e deve retornar ape-

nas em abril. Sua substituta na presidência, a professora Janice, passa metade da semana incomunicável devido a uma pesquisa que realiza em áreas montanhosas, segundo a secretária da CVUSP. Os outros membros, quando localizados, não expõem as atividades da Comissão.

Sabe-se que a única reunião da CVUSP em 2014 ocorreu em 6/3 e discutiu diretrizes internas do colegiado. A próxima reunião sequer está marcada e não tem pauta definida, sabendo-se apenas que, nela, a professora Eunice Durham, que está com 81 anos, oficializará sua saída da Comissão, por falta de condições físicas para dar continuidade aos trabalhos.

Desfalcada, espera-se que a CVUSP contemple suas atribuições, que consistem na “relevância da busca da verdade histórica dos fatos ocorridos no seio da Universidade, que, assim agindo, estará consentânea com o espírito democrático que a pauta”.

Propostas aprovadas pelo Co de 25/3

I. Temário básico e inicial

- 1) Missão e princípios da Universidade.
- 2) Ensino, Pesquisa, Cultura e Extensão.
- 3) Gestão, transparência e responsabilidade fiscal.
- 4) Eleição de dirigentes.
- 5) Ética na Universidade.
- 6) Natureza, atribuições e composição dos colegiados.
- 7) Carreiras e Regimes de Trabalho.
- 8) Autonomia e organização das unidades ou órgãos.
- 9) Formas de deliberação das alterações estatutárias.

II – Ampliação da discussão

a) Apresentação de modelos de governança de instituições públicas de ensino superior do Brasil e do exterior.

b) Promover processo de discussão amplo nas Unidades, Órgãos e ou *Campi*, que poderão ser:

- 1) Fóruns com participação dos três segmentos;
- 2) Reuniões abertas nas Unidades e Departamentos;
- 3) Reuniões dos colegiados (Congregações ou Conselhos);
- 4) Reuniões abertas e não deliberativas do Co;
- 5) Promoção de Seminários e Debates nos *Campi* ou grupos de Unidades;
- 6) Divulgação de documentos e propostas relativas aos temas (página específica do site da USP, *Jornal da USP* e outros meios);
- 7) Transmissão das sessões do Co por IPTV.

III – Organização do processo

a) Constituição e eleição dos membros de Comissão Assessora Especial do Co [CAECO] com representação dos três segmentos da comunidade universitária encarregada de coordenar o processo de discussão com as unidades, órgãos, museus, Institutos especializados, bem como com as entidades representativas e pelo encaminhamento das deliberações.

1) A Comissão Assessora Especial será composta por seis docentes (dois de cada área de conhecimento), dois servidores técnico-administrativos e dois representantes discentes (um de graduação e um de pós-graduação)

b) A CAECO poderá induzir a criação de Sub-Comissões nas Unidades e/ou nos *Campi*, por temas, etc.

Aprovada a seguinte composição:

Docentes – Área de Exatas: José Roberto Piqueira (EP); Adalberto Fazzio (IF) e Tito Bonagamba (IFSC) suplente. Área de Saúde: Carlos Carlotti Jr (FMRP); Diná Monteiro da Cruz (EE) e Marcos Folegatti (ESALQ) suplente. Área de Humanas: Carlos Ferreira Martins (IAU); Sergio Adorno (FFLCH) e Ana Duarte Lanna (FAU) suplente.

Servidores – Neli Wada; Dulce Brito e Alexandre Pariol (suplente)
Alunos de Graduação – Camilo Fernandes Martin (FFLCH) e Carlos Eduardo Alves (FFLCH) suplente.

Alunos de Pós-Graduação – Tomás Azevedo Marques (PROLAM) e Mariana Moura Souza (IEE) suplente.

IV – Calendário das reuniões especiais do Conselho Universitário

4.1. Reuniões de discussão

3/6. Discussão dos temas 1) Missão e princípios da Universidade, 2) Gestão, transparência e responsabilidade fiscal e 3) Ensino, Pesquisa e Extensão.

2/9. Discussão dos temas 4) Eleição de Dirigentes, 5) Ética na Universidade e 6) Natureza, atribuições e composição dos colegiados.

30/9. Discussão dos temas 7) Carreiras e Regimes de Trabalho, 8) Autonomia e organização das unidades ou órgãos e 9) Formas de deliberação das alterações estatutárias.

4.2. Reuniões de deliberação

11/11. Definição das formas e calendário das deliberações de alterações estatutárias.